

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

BEATRIZ BRUNALDI PEREZ

**A Inclusão na Educação Física: A questão do retorno dos
professores especialistas**

São Paulo

2015

BEATRIZ BRUNALDI PEREZ

**A Inclusão na Educação Física: A questão do retorno dos
professores especialista**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, sob orientação da Prof^a Doutora Darcy Raiça

São Paulo

2015

Agradeço aos meus pais, Cesar e Daniela por sempre me apoiarem e mostrarem o melhor caminho, que é aquele que gostamos e nos sentimos felizes. Ao meu noivo Felipe, por me ajudar e me apoiar sempre que necessário, principalmente nesta fase final da Monografia e nas decisões que preciso tomar para a vida, compreendendo meu trabalho e me dando força para que continue batalhando por uma educação melhor e mais justa e agradeço às minhas irmãs Mariana e Heloisa, por tudo que já fizeram e fazem por mim.

“Algo só é impossível até que alguém duvide e resolva provar o contrário”

Albert Einstein

PEREZ, Beatriz Brunaldi. **A Inclusão na Educação Física: A questão do retorno dos professores especialistas**. COGEAE Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2015

Resumo

Sabe-se da importância do trabalho corporal durante as aulas de Educação Física para o desenvolvimento e socialização dos diferentes corpos. Assim, pensando neste e na importância da Educação Inclusiva, a monografia presente trará à tona a questão do retorno do professor especialista em Educação Física no Ensino Fundamental I, no município de São Bernardo do Campo. Foi utilizado como estratégia metodológica a pesquisa do tipo qualitativa, com base em Lüdke & André (1986), usando como referência o relato de experiência da própria autora e das entrevistas realizadas com os professores polivalentes e especialistas, confrontando posteriormente com base na bibliografia estudada sobre a formação do professor especialista e o papel desse para que a Educação Inclusiva seja efetiva também nesses momentos, além de pensar na importância desse trabalho para o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual. Observamos que, mesmo a questão de a Educação Inclusiva ser importante e atual, ainda falta muito para que todos os professores compreendam de fato, como essa deve acontecer e o quanto ajudará no desenvolvimento da criança com deficiência. Além disso, os profissionais especialistas mostraram a necessidade de um apoio da gestão escolar e da prefeitura em relação as aulas de Educação Física e, também, a necessidade de uma formação continuada mais prática para garantir um trabalho efetivo com as crianças com deficiência na escola regular.

Palavras-chave: Professor Especialista. Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Professor Polivalente

LISTA DE IMAGENS:

Imagem 1: Os três pilares da Psicomotricidade

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Teste psicométrico – Níveis de cognição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I: Fundamentação Teórica	10
1. A inclusão na Educação Física	10
2. Cultura Corporal	13
3. Psicomotricidade	17
4. Deficiência Intelectual	20
5. O trabalho corporal com as crianças com deficiência intelectual	22
6. Formação de professores na Educação Inclusiva	24
CAPÍTULO II: Conhecendo a realidade	28
1. Minha Experiência	28
2. Conhecendo o trabalho do professor polivalente e do professor especialista	32
3. Atividades e práticas corporais	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

Introdução

Após realizar uma pesquisa de iniciação científica durante a graduação intitulada “A Cultura Corporal na Educação Especial: socialização das crianças com deficiência intelectual” (PEREZ, B. B. 2013), e após resultados obtidos, mostrando a importância do trabalho com o corpo com as crianças com deficiência tanto para o desenvolvimento psicomotor quanto para o social, resolvi me debruçar sobre os resultados obtidos, aprofundando mais a questão do papel fundamental do professor, bem como sua formação.

Ao ter a oportunidade de ingressar na Prefeitura de São Bernardo do Campo como professora titular do Ensino Fundamental I, pude, logo de início, me deparar com algumas mudanças no corpo docente e a primeira foi o retorno do professor especialista de Educação Física para ministrar as aulas que antes era de responsabilidade do professor polivalente¹.

Assim, pensando nessa questão e na formação de professores analisei o trabalho realizado por estes profissionais, levantando pontos importantes para a Educação Inclusiva também acontecer nestes momentos e contrapondo com o trabalho que observei anteriormente realizado pelos professores polivalentes.

Dessa forma, esta monografia trará uma análise bibliográfica à luz de autores relevantes que discutem sobre os pontos relacionados a: Educação Inclusiva na Educação Física; o trabalho corporal com as crianças com deficiência intelectual e a formação de professores.

Após essa fundamentação teórica, será feito um relato da minha experiência sobre o trabalho realizado pelo especialista com as crianças com deficiência intelectual durante as aulas de Educação Física; descrição e análise sobre as aulas e entrevistas com os professores especialistas e polivalentes, realizando uma comparação com o que era realizado anteriormente e levantando questões sobre esses pontos, bem como sua formação e a importância da mesma.

Diversas vezes as pessoas com necessidades educacionais especiais acabam não participando das aulas de Educação Física ou por falta de conhecimento do profissional ou até mesmo preconceito.

O documento oficial Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Educação Física, mostra a importância do papel do professor e de sua atuação para que o

¹ Professor graduado em Pedagogia.

aluno com deficiência, seja ela qual for, participe das aulas sem que seja ofendido ou excluído pelos demais por conta de suas limitações que são mais visíveis.

Assim, o professor deve respeitar as limitações de cada um, fazendo aulas flexíveis para todos, incluindo o aluno com deficiência com respeito e dignidade em cada atividade, realizando uma boa convivência e construindo “atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos.” (BRASIL, PCN, 1997, p. 31).

Através dessa exclusão que pode ocorrer dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, e ao mesmo tempo, o quanto essas práticas corporais são importantes para seu desenvolvimento psicomotor e para a sua socialização, e a partir dessa reflexão, foi realizado uma comparação entre os profissionais que antes eram responsáveis pela Educação Física, os professores polivalentes e os especialistas que retornaram para as escolas do Ensino Fundamental I.

Também foi investigado a respeito do papel fundamental do professor para que o trabalho com o corpo acontecesse de uma maneira natural, pensando sempre nas seguintes questões: “Qual o papel do professor para que isso aconteça?; A prática foi modificada com a presença dos profissionais da Educação Física?; O que se pode observar em relação às crianças com deficiência durante essas aulas? Quais as diferenças dos trabalhos realizados por cada profissional?”.

Assim, esta monografia tem como objetivo: levantar questões sobre a prática e a formação desse profissional da Educação Física, além de identificar a importância do professor no trabalho corporal para a socialização e o desenvolvimento do aluno com deficiência, à luz das teorias de autores das áreas englobadas nesse trabalho como a Educação Inclusiva, Educação Física/ Cultura Corporal e formação de professores.

A investigação foi realizada através de uma pesquisa do tipo qualitativa conforme descrevem Lüdke & André (1986). Esta se distingue pela consideração dos significados atribuídos pelos sujeitos à situação em análise, pela atenção do pesquisador ao processo e pela consideração da implicação do próprio pesquisador no delineamento dos resultados, isto é, pela assunção da perspectiva interpretativa impressa pelo mesmo na leitura dos fenômenos em análise.

Para atingir tais objetivos da pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Pesquisa bibliográfica para o conhecimento e apropriação dos temas que serão abordados, visto que é a maneira de “conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.” (CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R. p.60, 2007).
- Relato de experiência da própria autora da monografia durante seu trabalho na Prefeitura de São Bernardo do Campo.
- Entrevistas² com os professores de Educação Física e professores polivalentes.

² ANEXO A e B

CAPÍTULO I: Fundamentação Teórica

Nesta parte da monografia, será realizada uma análise bibliográfica à luz de autores relevantes da Educação Física, Educação Inclusiva, Cultura Corporal, Psicomotricidade, Deficiência Intelectual e da formação de professores.

1. A inclusão na Educação Física

Na década de 60, o termo “integração” fica mais forte, visto que as pessoas com deficiência eram colocadas em alternativas restritas e como consequência ocorria o incentivo da implantação de serviços educacionais. Com o surgimento de críticas para o sistema de integração, como a segregação total ou parcial que ocorria com as pessoas com deficiência, na década de 70, as escolas passaram a aceitar pessoas com deficiência em salas regulares ou ao menos, em salas especiais.

O Brasil, por cerca de trinta anos, atuou sob o princípio de “integração escolar” e somente a partir da década de 90 emergiu o discurso em defesa da “educação inclusiva”; com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garantiu no Art.208, inciso III que o *“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”*; após a CF/88, foi elaborada em 1990 a Lei nº 8.069 em que alega o *“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”* e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96) afirma a educação especial ser preferencialmente dada na rede regular de ensino.

A partir de 2001, através da Resolução nº2 (Res 2/01) foi estabelecido que o sistema de ensino deve matricular todos os alunos na classe regular, como está estabelecido no Art.2º, em que *“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”* Em 2008, com o Decreto nº 6.571, fica estabelecido no Art. 1º, a ampliação da

[...] oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Tendo assim, a partir de 2008, a obrigatoriedade de matricular os alunos com deficiência em salas regulares de ensino, dando-lhes todo o suporte necessário.³

A inclusão deve acontecer além da sala de aula, ou seja, nas aulas ministradas fora da sala, como é o caso da Educação Física. Sua prática deve ser realizada por todos, pois é uma oportunidade de desenvolver as potencialidades de cada um de uma maneira democrática e não seletiva⁴.

O documento Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também ressalta a importância da participação dos alunos com deficiência nas aulas, pois podem obter diversos benefícios através da prática da cultura corporal tanto no desenvolvimento psicomotor e afetivo, quanto na integração e inserção social.

A Cultura Corporal abrange diferentes formas de expressão, e a Educação Física incorpora a expressão lúdica dessa cultura, e é realizada através de jogos, danças, esportes, luta e ginástica, tendo em comum a “representação corporal, com características lúdicas de diversas culturas humanas;” (BRASIL, PCN, p.23, 1997).

A Educação Física hoje contém diversos conhecimentos produzidos e utilizados pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, sendo esta cultura do movimento usada para lazer, expressão de sentimentos, afeto e emoção. Como afirma Neira (2007),

A Educação Física precisa contemplar as aprendizagens necessárias para uma profunda compreensão sócio-histórico-política sobre toda a produção que abrange as manifestações da cultura corporal, visando a alcançar uma participação mais intensa e digna na esfera pública de todos os grupos que compõem a sociedade. (p.82)

Relacionando a prática da Cultura Corporal na escola, a Educação Física compõe o currículo e está

[...] inserido no Projeto Pedagógico de uma escola comprometida com a socialização e ampliação crítica do universo cultural dos seus alunos, a Pedagogia da Cultura Corporal poderá contribuir com o esforço coletivo da construção de uma prática pedagógica voltada para a transformação social por meio da formação dos/as educados/as para a participação ativa na vida pública. (NEIRA, M. 2008, p. 85).

A Educação Física então deve promover uma pedagogia em que o principal objetivo seja considerar o “contexto sociocultural da comunidade escolar, e, por conseguinte, as diferenças existentes entre as crianças para, a partir delas e dos

³ As informações aqui citadas foram obtidas através do texto: MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, nº.33, set / dez.2006.

⁴Informações obtidas através da leitura dos **Parâmetros Curriculares Nacionais**, v.7, Educação Física, 1997.

saberes culturais construídos fora dos muros escolares, desenvolver condições de equidade sociocultural.” (NEIRA, M. 2008, p.87).

Mesmo o autor referindo-se à prática corporal na Educação Infantil, podemos interpretar e utilizar tais conhecimentos para a área da Educação Inclusiva, visto que, também são corpos diferentes, com culturas diferentes e que têm todos os direitos de se integrarem e participarem ativamente na vida social.

Cruz (2008) lembra que, se a Educação Física pertence ao currículo escolar esta, portanto, deve seguir as exigências propostas pela escola e uma delas é a educação inclusiva. O autor mostra que “A presença física não é garantia de que os benefícios projetados serão alcançados.” (p.51). Ou seja, mesmo na perspectiva inclusiva, os alunos com necessidades especiais podem acabar sendo excluídos durante as práticas corporais. Assim, os alunos devem participar ativamente das aulas de Educação Física e o professor deve garantir esse direito a eles.

Os professores deparam-se com diferentes tipos de estudantes e dificuldades, que vão desde uma questão de gênero até história de vida e / ou uma deficiência. E, para isso, devem estar preparados para receber todos os alunos.

Pesquisas (Block e Zeman, 1996, *apud*, Cruz, 2008) constataam que a participação dos alunos com deficiência intelectual em aulas de Educação Física no ambiente integrado⁵ favoreceu o desempenho dos alunos com deficiência e esses também interagiram com os demais alunos.

Essas aulas devem proporcionar aos alunos um ambiente em que eles possam interagir uns com os outros, que tenham vivências significativas para seu desenvolvimento, além de ampliar a Cultura Corporal de movimentos desses, ajudando no desenvolvimento nos aspectos cognitivos, afetivo, social e motor, enriquecendo as ações e reações desses corpos em movimentos. (GAIO, R. e DIAS, T. 2010)

Essa Educação Física inclusiva também é denominada por alguns pesquisadores como “Educação Física Adaptada” (PEDRINELLI e VERENGUER, 2005, p. 4) em que é:

Uma parte da Educação Física, cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal [...]

⁵ Este termo foi usado, pois na época em que a pesquisa foi realizada o termo inclusão ainda não era utilizado.

Ela também potencializa a participação dos alunos com deficiência nas diversas formas de intervenção do professor de Educação Física.

Os professores devem saber, que mesmo com os limites, as crianças e jovens com deficiências são capazes de descobrir diferentes possibilidades, e assim,

[...] os procedimentos didático-pedagógicos podem vir a ser o alicerce para uma aprendizagem para vida, permitindo que o encontro entre as mais diversas diferenças sejam um fator enriquecedor para o aflorar de sentimentos nobres e éticos, na prática de uma atividade motora que impere a cooperação, a coletividade, o prazer, o lúdico, em detrimento da competição e da seleção dos mais habilidosos e condicionados. (GAIO, R.; DIAS, T. 2010, p. 106 e 107)

Dessa forma, percebe-se a importância da realização de atividades corporais com crianças com deficiência intelectual, fazendo com que descubram novos caminhos para um desenvolvimento tanto psicomotor quanto afetivo-social.

2. Cultura Corporal

A Educação Física surgiu a partir de “necessidades sociais concretas” (SOARES et. al, 1992), seja para manutenção da saúde, seja por motivos militares para garantir a força física de um preparado contingente. Na escola, deu-se início com jogos, ginástica e dança, na Europa do fim do século XVIII e início do século XIX. Nesse período estava sendo consolidado um novo tipo de sociedade, a capitalista, em que os exercícios físicos passaram a ter um destaque e que o homem deveria ser “mais forte, mais ágil, mais empreendedor.” (p.51).

O trabalho físico, então, por volta dos anos 800 na Europa, passa a ter maior atenção das autoridades e também se ligava ao tema dos cuidados físicos com o corpo, o que incluía atividades como tomar banho, escovar os dentes e lavar as mãos, sendo esses cuidados uma “necessidade concreta” que deveria ser seguida pelo novo tipo de sociedade. Esse período é visto, então, como um período voltado para o fator higiênico.

No século XIX, na Alemanha, houve uma preocupação em relação à inclusão dos exercícios físicos nos currículos escolares, surgindo as Escolas de Ginástica. Essas instituições foram difundidas para outros países da Europa e da América. A ginástica, tida até então como sinônimo de Educação Física, acabou fazendo parte do ensino formal de todos os países que já tinham “sistemas nacionais de ensino e escolas.” (SOARES et. al, 1992, p. 52). Com isso, surgem os “Métodos Ginásticos”, que consistiam nas primeiras sistematizações a respeito dos exercícios físicos.

Alguns autores, entre eles “o sueco P. H. Ling, o francês Amoros e o alemão A. Spiess” (SOARES et. al, 1992, p. 52), aliaram a prática da ginástica ou Educação Física na escola, um espaço onde garantiam o respeito e a consideração dessa área diante das demais que compunham o currículo. Dessa forma, a Educação Física realizada na escola passa

a ser vista como importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos que, “fortalecidos” pelo exercício físico, que em si gera saúde, estariam mais aptos para contribuir com a grandeza da indústria nascente, dos exércitos, assim como com a prosperidade da pátria. (SOARES et. al, 1992, p. 52)

Outro fator determinante para a consideração e o respeito no sistema educacional em relação à Educação Física era o forte caráter científico atribuído por meio das ciências biológicas. Nesse contexto, o médico, mais especificamente o médico higienista, ganha destaque por ter o conhecimento biológico, que orientava o desempenho que a Educação Física devia realizar na escola, o de “desenvolver a aptidão física dos indivíduos.” (SOARES et. al, 1992, p. 53).

Outro momento da Educação Física, também apresentado por SOARES et. al (1992), é o militarista, pelo qual quem ministrava as aulas de Educação Física eram os instrutores físicos do exército, trazendo “rígidos métodos militares da disciplina e hierarquia” (p.53). Nesse período, o homem que passa a ser “construído” é o “disciplinado, obediente, submisso, respeitador da hierarquia social” (p.53).

Nesse cenário, a Educação Física escolar era concebida como “atividade exclusivamente prática” (SOARES et. al, 1992, p. 53), o que não a diferenciava da instrução militar.

No Brasil, essa influência militarista permaneceu principalmente nas quatro primeiras décadas do século XX. Só em 1939 foi criada “a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física” (Brasil, Decreto-lei nº 1212, de 17 de abril de 1939).

Após a Segunda Guerra Mundial, há uma forte influência do esporte no sistema escolar, confirmando

a subordinação da educação física aos códigos/sentido da instituição esportiva, caracterizando-se o esporte na escola como prolongamento da instituição esportiva: esporte olímpico, sistema desportivo nacional e internacional. (SOARES et. al, 1992, p. 54).

O esporte passa então a ser o conteúdo e grande objetivo de ensino da Educação Física, estabelecendo também novas relações entre professor e aluno. O

que antes, no período militarista, representava a relação professor-instrutor e aluno-recruta, se transformou na relação professor-treinador e aluno-atleta. (SOARES et. al, 1992). Esse período “esportivista” marcou um dos momentos de maior relevância da Educação Física na escola.

Nas décadas de 70 e 80, despontam movimentos renovadores na Educação Física, como a “Psicomotricidade” e/ ou “Psicocinética”, sendo essa uma “teoria geral do movimento que permite utilizá-lo como meio de formação” (SOARES et. al, 1992, p. 55). SOARES et. al (1992) apontam, com base nas conclusões de Le Boulch⁶, que essa teoria “psicocinética” privilegia o desenvolvimento psicomotor, bem como a estruturação corporal a as aptidões motoras que melhoram com a prática do movimento, o que possibilitaria prover mudanças de hábitos, ideias e sentimentos por meio do exercício.

A Educação Física, como já mostrada anteriormente, teve uma longa tradição relacionada às ciências biológicas. A presença da teoria biologizante na prática da Educação Física decorre da formação inicial e continuada de seus docentes, dificultando a prática desses. Além disso, era tido como objetivo da Educação Física a educação do corpo e das formas desse se movimentar, que garantissem melhoria de saúde ou melhoria na qualidade motora.

A partir desta teoria, temos uma abordagem bastante significativa na área, a abordagem desenvolvimentista, fazendo com que o objetivo da Educação Física seja o desenvolvimento motor e que o professor contemple as habilidades de locomoção e equilíbrio como conteúdos de ensino da Educação Física. Neira (2006) leva em conta as definições feitas por Manuel Sérgio (1989), em que para ele

[...] a motricidade humana é inseparável do conceito que se tem do homem e da sociedade. A motricidade [...] é entendida como a síntese cultural e biológica do homem, passível de expressão pelo movimento. [...] a motricidade expressa a unidade das funções sensoriais e motoras, que é constituída a partir da convivência do sentimento que o homem tem de sua corporeidade com a percepção do meio físico e social, ou seja, a cultura na qual o sujeito está inserido. (p. 4 e 5)

Entretanto, tais conteúdos e “vivências motoras” (NEIRA, 2006) são aplicados além das aulas, como em momentos livres, em brincadeiras, em escolas de lutas, danças, esportes, entre outros.

⁶ Jean Le Boulch (1978) apresenta uma variante da psicomotricidade, a “Psicocinética”, “que se apresenta como contestação à educação física por considerá-la ligada a uma concepção dualista de homem.” (AUTORES, 1992, p. 55)

Dessa forma, tanto a proposta biologizante quanto a desenvolvimentista não apresentam nem proporcionam qualquer tipo de situação real que possa ter efeito sobre o momento histórico-cultural de cada um.

A tendência à Cultura Corporal na Educação Física deu-se por volta da década de 80, aproximando-se mais das ciências humanas e não apenas das biológicas (NEIRA, 2007). Neira (2006) considera que “[...] é o movimento corporal que confere especificidade à Educação Física escolar.” (p. 218). Essa afirmação não está associada a qualquer tipo de movimento (o institucionalizado, reproduzido, estereotipado e nem o acabado) e sim ao movimento do homem, com sentido e significado dado pelo contexto sócio-histórico-cultural em que é introduzido, ou seja, o movimento realizado por meio de uma manifestação cultural, com movimentos que representam uma cultura, cuja intenção é a de transmitir ideias e sentimentos.

Por essa perspectiva apresentada, alguns exemplos relacionados seriam: “as danças de origem africana, as lutas japonesas, os esportes radicais, a ginástica como expressão, o jogo de queimada [...]” (NEIRA, 2006, p. 218), entre outros.

Assim, a Cultura Corporal é “o conjunto de ações corporais produzidas na sociedade no transcorrer de sua história e que tem capacidade de representação ou simbolismo.” (SANTOS, 2002, p. 16), “[...] uma perspectiva cultural sobre a linguagem corporal.” (NEIRA, 2006, p. 209) ou ainda, “[...] práticas corporais ou formas de manifestações culturais [...]” (NEIRA, 2007, p. 5).

São atribuídas à Cultura Corporal diferentes formas de manifestações, tais como a do esporte, do jogo, da ginástica, da luta, da dança e/ ou das atividades rítmicas e expressivas (SANTOS, 2002). Cada uma dessas manifestações terá um sentido, um significado e uma identidade cultural diferente.

Com o *jogo* há a possibilidade de interação com pessoas e coisas em um ambiente lúdico ou de brincadeira, sendo uma ação voltada para a experiência simbólica; o *esporte*, muitas vezes o mais realizado e presente nas práticas da Cultura Corporal, é uma prática social em que existem regras e espaços próprios para praticá-lo, e pode ser dividido em esporte de competição, esporte-educação e esporte de lazer; a *ginástica*, que tem como principal finalidade o desenvolvimento físico para a prática esportiva, “[...] para o relaxamento, para a manutenção ou recuperação da saúde.” (SANTOS, 2002, p. 19), além de proporcionar um maior conhecimento sobre o corpo; a *luta*, disputas que combinam ações de ataque e defesa criadas dentro de uma necessidade histórica, que envolvem os princípios de

respeito ao próximo e princípios éticos do ser humano; e, por fim, a *dança* ou *atividades rítmicas e expressivas*, que têm como intenção a expressão e comunicação por meio de ritmos, sons e música⁷.

A prática pedagógica da Educação Física na abordagem cultural proporciona “[...] aos sujeitos da educação a oportunidade de conhecer os sistemas de significado de cada cultura (diversidade) por meio das manifestações corporais.” (NEIRA e NUNES, 2006, p. 228).

Dessa forma, a Educação Física deve promover uma pedagogia que tenha como objetivo principal,

[...] considerar o contexto sociocultural da comunidade escolar e, por conseguinte, as diferenças existentes entre os alunos, para fazer delas e dos conhecimentos da cultura [...] condições de igualdade no lugar de critérios para justificar discriminações e preconceitos. (NEIRA, 2007, p. 8)

Vale lembrar que cabe ao professor respeitar as diferenças de cada um, sem esquecer que a Educação Física na escola não é sinônimo de esporte. Ele deve permitir que os alunos saibam o que é Cultura Corporal e fazer com que eles se apropriem dessa cultura, que abrange o esporte, o jogo, a dança, a luta e a ginástica. Deve levar os alunos “a compreender e formular opiniões a respeito do mundo em que vivem e acessar, mesmo que parcialmente, elementos de outras culturas.” (NEIRA, 2006, p. 233).

Neira (2006) afirma que a Educação Física pode

proporcionar o estudo, a aproximação e a valorização de diversas formas de produção e expressão cultural dos/as alunos/as e de outros grupos, ser um agente, através de seus professores, verossímil de um multiculturalismo crítico e possibilitar uma escola multicultural democrática que favoreça as relações humanas. (p. 233 e 234).

Sendo assim, a Cultura Corporal é o trabalho corporal realizado de diversas maneiras durante as aulas de Educação Física, promovendo uma maior equidade sociocultural e construindo saberes culturais que estão além dos muros escolares.

⁷Informações retiradas do livro: SANTOS, Sergio Oliveira dos. **Educação Física: Diversidade da cultura corporal**. São Bernardo do Campo: UMEESP, 2002.

3. Psicomotricidade

A psicomotricidade tem papel fundamental no desenvolvimento da criança como um todo. ⁸Os franceses foram os principais estudiosos e pensadores nessa descoberta e criação, pois, sabiam da importância dos gestos no desenvolvimento e, assim, passaram a pesquisar mais sobre os temas corporais, bem como sua importância para o desenvolvimento de cada pessoa.

Em 1909, pela primeira vez ouviu-se o termo “psicomotricidade” através de Dupré quando introduziu os estudos sobre os déficits motores. Depois disso, por volta dos anos 20, outros personagens importantes da psicomotricidade e do desenvolvimento infantil como, Wallon, Piaget, Head e Shilder, passam a reafirmar diversos fatores como o trabalho do tônus e emoção, o desenvolvimento da criança, a noção do esquema corporal e a imagem do corpo.

Somente em 1963, o Ministério da Educação Nacional da França, criou o ensino da psicomotricidade para formação de profissionais. No Brasil, a chegada desse trabalho foi através da influência da Escola Francesa de Psiquiatria e Psicologia Infantil após a Segunda Guerra Mundial, porém, por conta das crianças com dificuldades escolares, fizeram com que os cientistas e estudiosos fossem à França para buscar respostas para suas dúvidas e questionamentos.

Assim, a psicomotricidade foi introduzida no Brasil somente em 1977. E em 1997 foi criada a ONP (Ordem Nacional dos Psicomotricistas). E até hoje ainda é um tema pouco abordado e ensinado nos cursos de formação inicial que trabalha com o desenvolvimento infantil, como a pedagogia, por exemplo.

A palavra psicomotricidade é definida por diferentes autores mas seu significado e importância é a mesma, por exemplo, de acordo com a Associação Brasileira de Psicomotricidade⁹ psicomotricidade é: “Termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade sua linguagem e sua socialização” e de acordo com Gonçalves (2014, p.15) “(...) auxilia na estruturação do desenvolvimento das crianças, ligando às experiências motoras, cognitivas e sócioafetivas indispensáveis a formação do sujeito.”

⁸ Os dados históricos descritos nessa parte, é com base na referência GONÇALVES, F. **Do andar ao escrever: um caminho psicomotor**. Cajamar: Cultural RBL Editora, 2014.

⁹ Disponível em: <<http://psicomotricidade.com.br/>> Acesso em: 25jul2015

Sendo assim, é uma Ciência da Educação que engloba três pilares funcionais do homem: o Cognitivo, o Motor e o Psíquico. Com esses três pilares em harmonia possibilitará ao homem o Equilíbrio (Imagem 1).

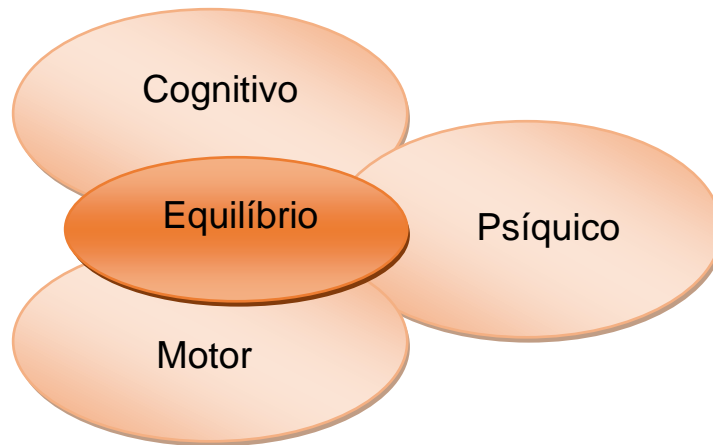


Imagem 1: Os três pilares da Psicomotricidade

Dessa forma, a psicomotricidade educa o movimento, atuando sobre o intelecto e a atividade psíquica, ou seja, para que ocorra a representação mental precisa de determinada ação que será realizada, é necessário a utilização da inteligência e da consciência do ato sobre o psiquismo de cada um, não se limitando assim, apenas a um exercício de ação e sim sendo uma atividade psicofuncional (Fonseca).

Grandes questões hoje que existem nas escolas como, por exemplo, alguns distúrbios de aprendizagem, está relacionada a psicomotricidade, ou melhor dizendo, a falta dela em determinados momentos do desenvolvimento, afinal, todos ser humano (bebê) começa seu aprendizado (ou pelo menos deveria começar) através do movimento e da vivência sensorial. Dessa forma podemos citar Fonseca (2009, p. 12), ao mostrar que “Sem movimento, não há desenvolvimento nem pensamento. Motricidade sem cognitividade é possível, mas cognitividade se a motricidade não o é.”

A verdadeira aprendizagem, acontece através de experiências que vivemos e para aprendermos a escrever, por exemplo, primeiramente é preciso ter vivenciado determinadas etapas¹⁰ da psicomotricidade, para depois aprender efetivamente e

¹⁰ Tais etapas são chamadas de Organização Funcional do Cérebro (LURIA), sendo dividida em três unidades: 1ª unidade – Tonicidade, Equilibração e Lateralização; 2ª unidade: Noção do corpo (esquema e imagem corporal) e Estruturação espaço-temporal e a 3ª unidade: Praxias global e fina.

sem dificuldade. Assim, a psicomotricidade resgata a riqueza da linguagem através de um vocabulário que se inicia pelo corpo, respeitando suas etapas evolutivas, já que é ele o primeiro mediador entre o ser que se expressa e o meio em que ele vive.

Sendo assim, a Psicomotricidade é fundamental para o desenvolvimento e o verdadeiro aprendizado das pessoas, afinal, a pessoa que não se movimentar: não experimentará, não incorporará, não simbolizará, deixando de aprender.

4. Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual não é uma doença, e sim, “um ou mais fatores que causam limitações no desenvolvimento das funções cognitivas do cérebro” (MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013, p. 22).

Gardner (*apud* MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013), em 1980, classificou a inteligência em sete formas diferentes, já que esta se apresenta de diversas maneiras em cada um, tentando, assim, esclarecer a definição de deficiência intelectual, que até hoje ainda não há uma definição objetiva.

As classificações, também conhecidas como Teoria das Inteligências Múltiplas, são:

1. Inteligência linguística – manifesta-se como habilidade criativa no uso das palavras nas suas diversas formas;
2. Inteligência cinestésica – caracterizada pela aptidão em atividades motoras;
3. Inteligência espacial – aquela manifestada a partir da facilidade em identificar, assimilar e relacionar as diversas formas espaciais;
4. Inteligência lógico-matemática – caracteriza a habilidade no raciocínio lógico-dedutivo;
5. Inteligência musical – envolve a criatividade e a musicalidade de forma eficiente;
6. Inteligência interpessoal – diz respeito à capacidade de relacionar-se com outras pessoas;
7. Inteligência intrapessoal – diz respeito à autoimagem e à autoestima desenvolvidas. (MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013, p. 22).

Essas inteligências, descritas acima, são desenvolvidas por meio dos estímulos familiares, sociais e educacionais a que os educandos são submetidos. Lembrando que a pesquisa não se apoiará neste estudo das inteligências múltiplas, mas é mencionada para justificar nossa crença em que não apenas o intelecto e cognitivo devem ser privilegiados, mas também o desenvolvimento afetivo-social.

Um teste psicométrico muito utilizado para medir o Coeficiente Intelectual

(QI), indica os diferentes níveis de cognição (Tabela 1) apresentados por Piaget¹¹ e tem como base um índice que determina o perfil e a denominação da pessoa com deficiência intelectual.

Coeficiente Intelectual	Denominação	Nível Cognitivo/Piaget
QI menor que 20	Profundo	Período sensório-motor
QI entre 20 e 34	Severo	Período sensório-motor
QI entre 35 e 49	Moderado	Período pré-operatório
QI entre 50 e 69	Leve	Período operatório

Tabela 1: Teste psicométrico – Níveis de cognição
 Fonte: *Educação Física Adaptada* (MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013, p. 22).

Devemos lembrar que esses testes de inteligência podem ser usados como bons resultados, ajudando no planejamento das atividades especialmente para os alunos com deficiência intelectual. E não se pode esquecer que há outras formas de observação a serem usadas, que ajudarão na elaboração das atividades, como a de observar os alunos em diferentes ambientes e dias, com pessoas diferentes e com atividades diferenciadas, no intuito de perceber as potencialidades, os interesses, facilidades e dificuldades de cada aluno.

Algo relevante é que “não devemos utilizar o teste de inteligência como RÓTULO, como MEDIDA, pois o profissional, assim, estará colaborando para reforçar o estigma” (HONORA, M.; FRIZANCO, M. s/d, p. 86).

Assim, a deficiência intelectual é

o estado intelectual significativamente inferior à média, associado a pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. (MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013, p. 23).

Esse tipo de deficiência pode ter origens variadas – genéticas, possíveis complicações no parto, pré-natais ou pós-natais, socioculturais ou até mesmo razões desconhecidas ainda pela ciência.

De acordo com as autoras Mendonça, D e Flaitt, P. (2013), há uma grande variedade nas necessidades e nas capacidades a serem observadas nas crianças com deficiência intelectual nas áreas motora, cognitiva, socioeducacional e comunicativa.

¹¹ Os níveis de cognição, com base em Piaget, seriam: Período sensório-motor; Período pré-operatório e período operatório;

- Área motora: alterações na motricidade fina e, em alguns casos, mais graves, perda da capacidade motora mais acentuada (coordenação e manipulação de objetos, por exemplo).
- Área cognitiva: dificuldade na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização e na solução de problemas¹².
- A comunicação, quando apresenta dificuldades, acarretará dificuldades nas relações interpessoais.

Algumas crianças com deficiência intelectual apresentam uma diferença entre a idade mental e a idade cronológica. O ideal para elas é frequentar salas da mesma idade cronológica, para serem estimuladas como tal, não sendo infantilizadas e correndo o risco de ter um atraso ainda maior em seu desenvolvimento psíquico-social.

Portanto, a característica fundamental de uma pessoa com deficiência intelectual

é o significativo prejuízo cognitivo. Além disso, a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD, 2011) define deficiência intelectual como um funcionamento intelectual (QI) inferior à média, havendo limitações significativas das competências práticas, sociais e emocionais, além de limitações adaptativas em pelo menos duas das seguintes habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, interação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, autodeterminação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. (SANTOS, D. C. dos S., 2012, p.938)

5. O trabalho corporal com as crianças com deficiência intelectual¹³

O trabalho corporal para as crianças com deficiência intelectual é fundamental para o desenvolvimento tanto de suas capacidades cognitivas e motoras, quanto do afetivo social (GAIO e BASTOS, 2010) de cada uma. Em um estudo desenvolvido por Lima (2009 *apud* SANTOS, 2012), foi diagnosticado que,

para 63% dos pais de filhos com deficiência intelectual, a aprendizagem e o desenvolvimento são o principal motivo para os filhos estudarem na rede regular de ensino, enquanto 21% tiveram a socialização como motivador. (p. 939 e 940)

¹² Lembrando que “O ritmo de aprendizado das pessoas com deficiência intelectual é mais lento, mas isso não significa que elas não atinjam os objetivos propostos pelo professor.” (MENDONÇA, D.; FLAITT, P. 2013, p. 25).

¹³ A fundamentação teórica dessa parte é realizada com base nas observações e conclusões obtidas na pesquisa “A Cultura Corporal na Educação Especial: socialização das crianças com deficiência intelectual” (PEREZ, B. B. 2013)

Assim, sabendo que o comportamento da criança com deficiência intelectual está ligado ao processo de aprendizagem, de acordo com SANTOS (2012),

é fundamental que o ensino escolar não privilegie a mera aquisição formal de informações [...]. O professor deve criar condições para que o aluno não aceite depressa demais as informações sem que estas sejam consistentemente recebidas, assimiladas e aplicadas a alguma situação prática (real), seja via experiência ou associação com situações vivenciadas. (p. 940)

Dessa forma, percebemos que a maioria dos pais acredita na Educação Inclusiva e na importância desta para a aprendizagem e o desenvolvimento de cada uma. E uma minoria aponta a socialização como principal motivo para as crianças com deficiência intelectual estudarem na rede regular de ensino.

Sabemos que falar de inclusão é mais fácil do que colocar

(...) em prática propostas pedagógicas inclusivas, de maneira que as pessoas que participam desse processo tenham verdadeiras possibilidades de atuação em uma sociedade e não simplesmente o significado de poder estar em uma sociedade. (GAIO e BASTOS, 2010, p. 313)

Os professores apresentam diversos desafios para que a inclusão realmente ocorra. Mas realizando o trabalho corporal com essas crianças, é possível perceber que a inclusão acontece de uma maneira mais efetiva do que dentro da própria sala de aula, pois interagem com os demais e exploram suas capacidades.

Devemos enxergar a Educação Inclusiva como algo normal, afinal, são crianças como outras quaisquer, mas também apresentam dificuldades. Para esta inclusão realmente acontecer, é necessário que o professor compreenda as suas necessidades e saiba que ele não conseguirá progredir em muitos aspectos, mas que o mínimo já é o essencial para a criança com deficiência intelectual.

Como cita SANTOS (2012),

A angústia sentida em relação ao modo de trabalhar junto a alunos com deficiência intelectual [...], não pode exclusivamente se restringir ao quadro clínico [...], uma vez que os próprios alunos sem deficiência não conseguem obter uma apreensão de todo o conteúdo curricular, o que ocorre devido a motivos diversos [...]. Além disso, por mais dinâmico que seja o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, o ensino escolar não terá potencial de ação suficiente para promover determinadas mudanças. (p.945)

Porém, encontramos alguns desafios para o trabalho com as crianças com deficiência, como, por exemplo, fazer com que a criança com deficiência intelectual compreenda que pertence ao grupo e que esse tem regras e devem ser seguidas, afinal, entramos na questão relacionada a inclusão social, pois, não é porque a

criança tem deficiência que ela não compreenderá e seguirá as regras de um determinado grupo, ela deve segui-las, mesmo que apresente dificuldades, o professor precisa guiá-la e ensiná-la, fazendo com que ela pertença ao grupo e respeitando os demais.

Os professores polivalentes devem enxergar e entender a importância da Educação Física no dia a dia de cada criança, principalmente das crianças com deficiência intelectual. Com essa atividade, elas conseguirão interagir, ampliar a socialização com as demais e principalmente, se desenvolver sócio e cognitivamente.

Há diversos casos em que a criança com deficiência ao participar das atividades consegue melhorar seu desempenho e sua socialização, além disso, nos momentos em que atividades são realizadas fora do ambiente da sala de aula, como nas aulas de Educação Física, nos momentos de intervalo e em atividades no pátio, a criança com deficiência interage mais com seus amigos e participa mais intensamente das atividades propostas.

Devemos lembrar que o trabalho com crianças com deficiência intelectual na rede regular de ensino é importante e devemos, principalmente, começar a enxergar a Educação Física e o trabalho com a Cultura Corporal como uma forma de desenvolvimento e socialização ainda mais efetiva entre as crianças com deficiência intelectual e as demais, e não as deixar em segundo plano, dando prioridade para as disciplinas como Matemática e Português, que é algo recorrente na maioria das escolas.

6. Formação de professores na Educação Inclusiva

Para a educação inclusiva se tornar viável, o principal condutor é o professor e esse deve ter o pleno conhecimento que:

- O objetivo da Educação Inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade; [...]
- Os alunos com deficiência não são problemas. A Escola Inclusiva entende esses alunos como pessoas que apresentam desafios à capacidade dos professores e das escolas para oferecer uma educação para todos, respeitando a necessidade de cada um; [...]
- É o aluno que produz o resultado educacional, ou seja, a aprendizagem. Os professores atuam como facilitadores da aprendizagem dos alunos, com a ajuda de outros profissionais, tais como professores especializados em alunos com deficiência, pedagogos, psicólogos e intérpretes da língua de sinais. (GIL, M, 2005, p.24 e 25)

Pesquisas realizadas por José Pacheco (2007) em escolas inclusivas de diferentes países demonstram a necessidade de formação dos professores de modo a preparar o ambiente para os alunos com deficiências. Primeiramente, os professores deveriam criar e implementar uma política ligada à inclusão, avaliando se a mesma teria efeito sobre toda a turma e também ajudaria a aumentar o conhecimento sobre as necessidades sociais e acadêmicas dos alunos.

Neste processo, também deve ser levada em conta pelo professor a questão da interação social dos alunos, criando então, diferentes “métodos de ensino” (PACHECO, 2007) para que os alunos, em geral, possam se conhecer e ligarem-se uns aos outros. “Além disso, é possível organizar jogos na sala de aula e durante o intervalo, assim como iniciar discussões sobre o valor da boa comunicação e o bem-estar emocional entre os alunos.” (PACHECO, 2007, p. 84).

Para Oliveira (2009) e Pacheco (2007), a formação e preparação dos professores e da comunidade escolar é algo essencial para auxiliar na interação, na participação e nos relacionamentos de todos os alunos (com e sem deficiência) e é o ponto principal para a Educação Inclusiva ser efetivamente implementada. Além disso, Oliveira (2009) também aponta a necessidade do apoio dos professores da Educação Especial e/ ou professores especializados (BUENO, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 55) como “consultores de apoio” (AINSCOW, PORTER E WANG, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 53).

Oliveira (2009), ainda discute, a partir das ideias de Bueno (1998), que essa formação docente seja globalizada e evite que os professores especializados ou de apoio,

se volte, apenas, para o conhecimento das deficiências, centrando-se nas dificuldades dos alunos e caminhe na contramão dos princípios e fundamentos da educação inclusiva, os quais propõem deslocar o eixo das dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais para suas potencialidades. (p. 56).

Assim, o papel do professor especializado é o de caminhar juntamente com o professor regular, generalista, para que esse tenha o apoio necessário na parte pedagógica com os alunos com necessidades educacionais especiais e prestar a assistência necessária para a escola colocar em prática a educação inclusiva.

Na Educação Física, há dois pontos em questão em relação à prática inclusiva e os professores. O primeiro ponto está relacionado ao fato de como os professores de Educação Física lidam em suas aulas, dia a dia, com o desafio da

inclusão e a necessidade de um “programa de formação continuada no enfrentamento dos desafios decorrentes” (CRUZ, 2008, p. 56) dessa nova realidade inclusiva.

Cruz (2008) chama a atenção para a formação dos professores de Educação Física e a falta de uma formação continuada relacionada à educação inclusiva, citando os estudos de Perrenoud (1998, 1999, 2002). Para ele, a formação continuada “representa a busca de equilíbrio entre o autoritarismo das ‘reciclagens obrigatórias’ e a desarticulação entre a liberdade de escolha dos professores, quanto ao seu aperfeiçoamento e uma determinada política educacional.” (p. 58)

Se o profissional de Educação Física já lida diariamente com diferentes dificuldades e limitações de cada aluno, com a inclusão esse quadro não mudará muito, pois as restrições de cada um permanecerão as mesmas. Para isso, deve focar no trabalho corporal e não na deficiência da pessoa. Independentemente se a criança tiver algum tipo de deficiência ou não, só assim proporcionará, às crianças com necessidades educacionais especiais, uma interação com seu ambiente físico-social de uma maneira mais satisfatória.

A participação de professores, inclusive os de Educação Física em programas de formação continuada, deve ser ativa e efetiva, pois possibilitará

o adensamento de aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais presentes na competência profissional almejada e sua formação, principalmente se a intenção é prestar serviços educacionais de qualidade a todas as pessoas inseridas em nosso contexto social. (CRUZ, 2008, p. 67)

Entre as maneiras de se ter / fazer a formação continuada de professores, estão a reflexão sobre a prática educativa, troca de experiências, projetos de trabalho, reuniões pedagógicas, cursos extracurriculares, entre outros.

Além disso, essa escola que se pretende inclusiva deve ser aberta ao novo, às ideias do outro, estar aberta ao diálogo¹⁴ e em um aprendizado constante

da escuta e do falar; da concordância e do conflito; da convivência com a igualdade e a diferença; na busca da certeza e o encontro com a incerteza; de pensar e reformular o pensamento a partir de ações e do pensamento dos outros. (OLIVEIRA, 2009, p. 63)

¹⁴ Bohm (1994) *apud* Oliveira (2009), mostra o diálogo como “um instrumento valioso de entender as nossas formas de pensar e agir e de correção dessa incoerência nas relações entre os homens e dos homens com a natureza (p.73). Além disso, o diálogo é considerado pelo autor como uma “poderosa ferramenta metodológica” (p.73) para entendermos melhor, revelar algumas crenças e ampliar os significados dados por cada um, por cada professor, através desse diálogo é possível observar e compreender o significado de cada pensamento.

Em Brasil¹⁵ (2007), para a inclusão acontecer, os sistemas de ensino devem promover formação inicial e continuada de professores/as e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado.

Devemos lembrar que o professor é o agente principal dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como também o é para os demais. Mas, para isso, devem ter a formação e o apoio suficiente (humano e material) para que consigam atender a essas novas demandas e propostas pedagógicas inclusivas.

¹⁵ Documento disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> > Acesso em. 10jul. 2015

CAPÍTULO II: Conhecendo a realidade

Este capítulo foi dividido em três partes: na primeira parte foi realizada uma descrição sobre a experiência da própria autora na prefeitura de São Bernardo do Campo; na segunda parte, uma análise comparativa entre as entrevistas realizadas com os professores especialistas em Educação Física e com os professores polivalentes; e na última parte, a descrição das atividades e práticas corporais realizadas por ambos os professores.

1. Minha experiência

Iniciei como professora de Educação Básica I na Prefeitura de São Bernardo do Campo em maio de 2015. Até o fim do mês de julho fiquei como professora substituta, podendo assim, experimentar e conhecer diferentes turmas do 1º ao 5º ano. No início de agosto, fui convidada a assumir uma turma de 4º ano, pois a professora tinha se aposentado.

A Escola¹⁶ localiza-se em um bairro periférico de São Bernardo do Campo, atendendo crianças das comunidades próximas, bem como algumas da região de Diadema e São Paulo, visto que, a escola encontra-se na divisa entre ambas as cidades.

É uma das maiores escolas da rede de ensino do município, sendo considerada de grande porte, tanto no período da manhã quanto no período da tarde, são vinte turmas do Ensino Fundamental I em cada período, totalizando quarenta turmas com aproximadamente trinta crianças por turma. Além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que conta com quatro turmas no período noturno.

Na sua estrutura há uma Sala de Recursos Multifuncionais, usada no contra turno com as crianças com deficiência, tendo uma profissional no período da manhã e outra no período da tarde ambas com especialidade em Atendimento Educacional Especializado. Esta sala é usada para auxiliar no desenvolvimento das crianças com deficiência, principalmente na questão pedagógica, as professoras elaboram atividades e fazem uso de materiais adaptados para a necessidade de cada criança, dando um *feedback* para as professoras titulares sobre o desenvolvimento da criança com deficiência.

¹⁶ Não nomearei a Escola para preservar sua identidade.

Sempre tive interesse, curiosidade e vontade em saber como é o trabalho dentro da Prefeitura¹⁷, principalmente relacionado à Educação Inclusiva, visto que, o antigo *slogan* do município era “Governo da Inclusão”, o que fez muitas pessoas questionarem a acessibilidade e infraestrutura da cidade para que o direito de ir e vir fosse garantido, e também a respeito da informação e formação das pessoas e profissionais que lidam com a diversidade. Dessa forma, acabaram modificando o *slogan* por volta do ano de 2012.

Porém, quanto à educação, dificilmente se ouvia críticas em relação à Educação Inclusiva nas escolas municipais, e na grande maioria os profissionais eram elogiados¹⁸. Além disso, a própria Prefeitura afirmou atender uma vasta quantidade de crianças com deficiência nas escolas regulares e também em oferecer apoio às crianças com deficiências mais severas, como bolsas de estudos em entidades particulares.

De acordo com o secretário de Educação e Cultura, a procura pelo acesso à Educação Inclusiva e Especializada aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no município tem sido constante e todos que procuram recebem o atendimento necessário.

Antes do fechamento das Escolas Especiais, o suporte aos alunos e aos educadores (que recebiam uma formação específica) era assegurado por dois centros municipais de apoio da Educação Especial, que mantinham um atendimento pedagógico especializado conforme as necessidades individuais das crianças em sala de aula. Esses centros eram o Centro Municipal de Apoio Pedagógico Especializado e o Centro Municipal de Apoio Pedagógico ao Portador de Deficiência Nice Tonhozi. Depois do fechamento das mesmas, os profissionais de ambos os centros passaram a integrar a equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município¹⁹.

¹⁷ As informações desta parte foram retiradas do site da prefeitura de São Bernardo do Campo. Disponível em <<http://saobernardo.sp.gov.br>>.

¹⁸ Importante ressaltar que não era em sua totalidade, como sempre, há exceções e mudanças necessárias em diversas questões, como, por exemplo, na capacitação dos profissionais da educação para lidar com as crianças com deficiência na escola regular.

¹⁹ Informação disponível em:

<<http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/institucional/educacao-especial/1669-ae-atendimento-educacional-especializado>> Acesso em: 08set 2014

Logo que iniciei o trabalho na Prefeitura, pude perceber algumas mudanças em relação a 2013²⁰, como, no caso, do professor responsável pela Educação Física, ou seja, a partir de então, aconteceu o retorno dos professores especialistas em Educação Física.

Passei, assim, a observar algumas aulas e conversar com alguns professores e funcionários a respeito do retorno desse profissional.

Por ser uma escola grande, as aulas de Educação Física são divididas entre os professores, sendo ao todo quatro especialistas. As aulas acontecem em três espaços da escola: na quadra, na sala de aula e na área externa (pátio). Assim, cada turma tem três horários diferentes, ou seja, três aulas por semana com duração de cinquenta minutos cada aula, além de serem ministradas nos três espaços das escolas, cada aula em um lugar específico.

As crianças sempre esperam ansiosamente para as aulas de Educação Física, visto que, são momentos em que podem trabalhar o corpo, brincar e interagir mais e de uma maneira diferente com as demais crianças e professor.

Ao ficar com uma turma de 1º ano²¹, com vinte e cinco crianças em sala, sendo uma com deficiência, o que observei e pude comparar foi que, anteriormente ao retorno dos especialistas, os professores polivalentes se dedicavam de uma maneira diferente ao propor as atividades com as crianças com deficiência, pois pensavam em alguma atividade que pudesse ajudá-la, principalmente na parte do desenvolvimento e autonomia, além de atividades em que tivessem oportunidades de se socializarem com as demais crianças.²²

Porém, na segunda aula do professor especialista desta turma de 1º ano que acompanhei, o mesmo havia marcado um horário com o responsável pela criança com deficiência intelectual e pedido para que o mesmo levasse um pedido médico solicitando que a criança fosse proibida de realizar atividades físicas. Como acompanhei a conversa entre o professor e o responsável, o mesmo disse que seria mais seguro para a criança não realizar esse tipo de atividade, ou melhor, qualquer atividade física, pois caso a criança sofresse algum acidente, como queda, por

²⁰ Ano em que foi realizada a pesquisa citada anteriormente “A Cultura Corporal na Educação Especial: socialização das crianças com deficiência intelectual”, em que aconteceu o acompanhamento e observação durante as aulas de Educação Física ministradas pelos professores polivalentes.

²¹ Neste momento ainda estava como professora substituta.

²² Cabe ressaltar que não eram todos os professores que exercem um trabalho satisfatório e que ajudasse as crianças com deficiência, porém, como há exceções e pude acompanhar uma, é importante colocarmos para possíveis comparações.

exemplo, ela poderia sofrer alguns danos à saúde. O responsável, por não ter muita informação a respeito da deficiência e limitações de seu filho, acabou concordando com o professor e dois dias depois voltou com o pedido em mãos, proibindo seu filho de realizar atividades nas aulas de Educação Física.

Ao conversar com o professor especialista, questionei sua posição em relação à criança, mostrando a ele a importância desse momento para a criança e como essas atividades podem ser benéficas para sua saúde, desenvolvimento e autonomia, surpreendentemente, a resposta que ouvi do professor foi que ele achava um absurdo esta história de inclusão, que para ele isso não acontece, que as crianças com deficiência acaba sendo excluídas, estando lá para dificultar o trabalho do professor, mesmo sabendo que para sua autonomia e desenvolvimento seja algo positivo. Disse também que nas suas aulas, o professor precisa do apoio de um auxiliar ou estagiário para acompanhar a criança com deficiência, auxiliando-a a realizar atividades e “tomando conta” para que a mesma não prejudique o andamento da aula, visto que não compreende o que o professor pede para fazer.

Quando a professora titular²³ da sala retornou, perguntei a ela o que ela achava dessa atitude do professor, a mesma afirmou que em relação a esta parte, depois que os professores especialistas retornaram ao Ensino Fundamental I, elas ficam um pouco de “mãos atadas” em certas atitudes, pois são autoridades como todos. Questionei, então, que diferença ela sentiu com esse retorno, ela me afirmou que antes, o trabalho realizado na Educação Física, tinha mais conexão com o trabalho pedagógico e também, as crianças com deficiência de um modo geral participavam mais, pois de acordo com a opinião dela, as profissionais da educação possuem conhecimento para trabalhar com a Educação Inclusiva, inclusive nas aulas de Educação Física.

Em relação a isso, é difícil observar essa formação dos professores polivalentes, pois, diversas vezes, já demonstram dificuldade em realizar atividades adaptadas dentro da sala de aula²⁴, e ao sair dela (Educação Física), muitos não possuíam didática para realizar atividades com as crianças sem deficiência e ao precisarem adaptar estas atividades para as crianças com deficiência, a dificuldade era ainda maior.

²³ A mesma afirmou ter especialidade em Educação Inclusiva e no outro período, trabalha na Sala de Recursos em uma outra prefeitura.

²⁴ Muitas vezes os professores remetem essa dificuldade por conta da falta de formação continuada e apoio pedagógico da coordenação e prefeitura.

Assim, algo relevante para se apontar, é que, como já é sabido, alguns professores polivalentes têm dificuldade em lidar com a Educação Inclusiva e os professores especialistas em Educação Física, não fogem a essa regra, pois alguns demonstram dificuldade em lidar com as propostas adaptadas para o grupo que tem crianças com deficiência, muitas vezes por conta da falta de informação e formação, outras vezes por receio que algo aconteça com elas, deixando-os, muitas vezes, de lado durante as aulas, principalmente as que aconteciam na quadra ou no pátio.

2. Conhecendo o trabalho do professor polivalente e do professor especialista

Com base nesse relato de experiência, em outras observações e nas entrevistas²⁵ feitas com os professores de Educação Física e os polivalentes, nessa parte, será apresentado os resultados das entrevistas, realizando a discussão e comparação das mesmas através dos relatos feitos pelos professores e as experiências observadas anteriormente.

As entrevistas foram realizadas com dois professores polivalentes e dois professores especialistas em Educação Física que atuam na Educação Básica I (1º ao 5º ano) na Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Dos quatro professores especialistas, somente dois deles aceitaram realizar a entrevista, os que negaram, um disse que não tinha nada de importante e relevante que pudesse ajudar na pesquisa, pois, no caso dele, durante as aulas de Educação Física, acaba perdendo tempo com a criança com deficiência, pois precisava ficar controlando a mesma o tempo todo, pedindo para não bater nos amigos, tirando as vezes em que o próprio professor não apanhava, então, de acordo com ele eram aulas perdidas para todos, tanto para as crianças sem deficiência, quanto para as crianças com deficiência.

O outro professor foi o citado no relato de experiência, o mesmo afirmou que tinha sido a primeira vez desde que ingressou na Prefeitura que teve caso com aluno com deficiência e já que o mesmo não participa mais das aulas e como diversas vezes estava ausente, ele não tinha como citar algo ou uma experiência que fosse relevante para a prática e pesquisa.

Os demais professores especialistas possuem licenciatura e bacharelado em Educação Física. Um deles fez pós-graduação em psicomotricidade, afirmando ter

²⁵ ANEXO A e ANEXO B.

sido importante e relevante para sua prática e conhecimento, enquanto o outro participou de um Seminário sobre Educação Inclusiva ofertado pela Prefeitura de São Bernardo do Campo e um curso de extensão em Educação Inclusiva, com foco em desenvolvimento educacional, esse afirmou que esses cursos realizados por ele deram um pouco mais de condição para práticas inclusivas nas aulas, além de, principalmente, ocorrer trocas de experiências com outros professores que também participaram dos cursos, possibilitando ampliar sua visão em relação a diversidade, melhorando sua prática.

Os professores polivalentes são graduados em Pedagogia, ambos possuem especialização em Educação Inclusiva, um dos professores possui duas pós-graduações em Atendimento Educacional Especializado e o outro em psicomotricidade e curso de extensão voltado para a prática corporal. Ambos afirmaram que ao realizarem os cursos, ampliaram sua visão e foi mais fácil compreender as necessidades de cada um e respeitá-las, além de melhorar e adaptar sempre que necessário as atividades para as crianças com deficiência.

A Prefeitura de São Bernardo do Campo juntamente com a Secretaria de Educação, propõem **cursos de formação** para todos os professores da rede, principalmente para os especialistas (Professores da Sala de Recursos, Artes, Educação Física e Informática), porém ao questionar os especialistas a respeito de curso sobre Educação Inclusiva oferecido, um deles afirmou que o curso foi muito curto e pouco eficiente, enquanto o outro afirmou que valeu a pena somente por conta da troca de experiências e ideias com outros professores.

Ao questioná-los sobre os **objetivos** da aula de Educação Física e se com as crianças com deficiência eram os mesmos todos os professores afirmaram categoricamente que os objetivos eram os mesmos, pois são traçados de acordo com as necessidades de cada criança independente de ter deficiência ou não, a diferença é que com as crianças com deficiência às vezes, é necessário utilizar estratégias adaptadas às suas condições e necessidades. Neste momento, um professor especialista chegou a levantar a questão da superlotação da sala de aula, o que pode dificultar a evolução, principalmente dessas crianças com deficiência.

Sobre a **socialização** das crianças com deficiência com as demais, os professores falaram que as crianças interagem muito bem com as crianças com deficiência, apreciam ajudar sempre que necessário, mostrando satisfação em ver a crianças com deficiência ao participar das aulas de Educação Física. Uma das

professoras polivalentes afirmou que diversas vezes precisou mostrar aos alunos que eles conseguem entender e realizar tarefas com pouca ajuda, pois tinham crianças que acabavam fazendo pelo aluno com deficiência, mimando na maioria das vezes e não deixando os mesmos tentarem e arriscarem. Um professor especialista afirmou que nas turmas em que existem crianças com deficiência acabam se desenvolvendo mais e amadurecendo antes das demais turmas, pois, o respeito entre as crianças é bem desenvolvido, além da cooperação.

Como um dos objetivos da Educação Física é a socialização entre as crianças, todas as atividades, de acordo com os professores, foram e são propostas e planejadas para que todos participem, mas deixaram claro que nem sempre todas as crianças participam, independente de terem deficiência ou não, afinal, cada criança tem um perfil, uma personalidade, devendo sempre ser respeitada. Um dos professores especialistas afirmou que dependendo do tipo da deficiência, é necessária a adaptação durante o desenvolvimento da atividade. Ao questioná-los sobre os espaços utilizados (quadra, pátio e sala de aula) e se percebem diferença na prática e nos objetivos, afirmaram que são os mesmos e que sempre conseguem avaliar e atingir os objetivos independentemente do local onde a aula é ministrada.

Uma professora polivalente afirmou que quando precisava ministrar as aulas de Educação Física, procurava realizar atividades voltadas para o corpo e movimento, especialmente por conta das crianças com deficiência, para terem um melhor desenvolvimento tanto afetivo quanto corporal, utilizando a psicomotricidade como base de seu trabalho. Afirmou ainda que, como polivalente, tinha dificuldade em elaborar atividades voltadas para o Esporte, dessa forma, optou por atividades com o corpo e a psicomotricidade, como, andar no banco, sob a linha, fazer movimentos de rotação com braços, pés, mãos, levantar na ponta do pé, entre outras, afirmando ainda que, algumas vezes pôde observar dificuldades que na sala de aula não tinha a oportunidade de ver, ajudando a criança no desenvolvimento. Essa ainda comentou que os demais professores ao verem ela indo para a quadra ou realizando atividades de Educação Física, questionavam sempre o por que ela fazia aquilo, que era desnecessário e uma perda de tempo.

Questionei os professores em relação a **necessidade do olhar e da intervenção** de um adulto na relação das crianças com deficiência com as demais, os especialistas afirmaram que no início era necessário, pois todos precisavam se acostumar com o professor e a turma que muda todo início de ano, mas que depois

de um tempo as próprias crianças se organizam, sendo necessário mais uma orientação e organização do que intervenções. Para as polivalentes, não há necessidade de intervenção, pois as crianças não demonstram preconceito, pelo contrário, sempre se mostram dispostas em ajudar, sendo necessária somente uma intervenção para que elas parem de mimar e fazer tudo pela criança com deficiência, que acaba se acomodando.

Em relação aos **desafios** encontrados, os professores mostraram que com a superlotação da sala de aula, fazem com que as crianças com deficiência percam momentos importantes no seu desenvolvimento, pois dificulta um acompanhamento mais próximo e individual. Afinal, as orientações para as atividades são realizadas sempre no coletivo e quando há correções, o professor tenta realizar individualmente, analisando caso a caso e auxiliando sempre que necessário tanto crianças sem deficiência quanto, especialmente, as com deficiência.

Para os professores especialistas, há ainda um déficit muito grande em relação a formação desses profissionais para atuar com crianças com deficiência em sala regular, principalmente nas aulas de Educação Física, em que a todo momento estarão trabalhando corporalmente, mostrando a necessidade de um conhecimento aprofundado sobre os tipos de deficiência e como podem trabalhar com eles, pensando sempre na sua evolução e na sua essência.

Ao perguntar sobre **o que ainda falta** para que a inclusão realmente aconteça durante atividades que envolvam o trabalho corporal, todos os professores entrevistados afirmaram que falta apoio da equipe gestora e do sistema escolar, um deles chegou a mencionar a falta de seriedade da administração (equipe gestora), falta de materiais diferenciados para que o trabalho seja mais efetivo com as crianças com deficiência, falta do apoio familiar para que deem uma continuidade no trabalho realizado na escola, levando as crianças para realizar atividades fora do ambiente escolar.

Outro ponto levantado pelos professores especialistas foi a questão da formação continuada voltada para a Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física, para que eles tenham condições de conhecer de uma maneira mais profunda e atenciosa os tipos de deficiências que encontram no dia-a-dia na escola, podendo dar suporte e realizar um trabalho melhor, dando condições ao professor de planejar melhor suas estratégias, atendendo todos da melhor maneira possível. Além disso, mostraram também, a falta de uma equipe multidisciplinar para apoiar e ajudar no

trabalho. Questionei então, sobre a professora do Atendimento Educacional Especializado e se essa dá o suporte e apoio necessário para que possam esclarecer as dúvidas que possuem, eles afirmaram que na maioria das vezes ou elas estão em atendimento, ou em reunião ou em formação no CENFORPE²⁶, não conseguindo entrar em contato com elas nos momentos que conseguem, ficando sem o apoio dessa profissional. Um dos professores afirmou também que para a equipe gestora, o mais importante é a questão pedagógica da sala de aula.

Durante a entrevista com um dos professores polivalentes, o mesmo afirmou que é importante o professor não se frustrar com seu trabalho, afinal os desafios encontrados ao trabalhar com a Educação Inclusiva são vastos, além de ser necessário compreender que a criança com deficiência poderá aprender menos que as crianças sem deficiência, mas o suficiente para seu desenvolvimento. Além disso, disse também que é importante a Educação Inclusiva ser vista como algo normal, afinal, a criança com deficiência é uma criança como outra qualquer, porém com limites e dificuldade. E que tudo dependerá sempre do olhar do professor.

3. Atividades e práticas corporais

Como alguns momentos foram acompanhados nas aulas de Educação Física, esta parte contemplará as atividades observadas com turmas que têm criança com deficiência intelectual na sala e também como era trabalho pelas professoras polivalentes.

Um dos professores de Educação Física, varia bastante nas propostas, quando está em sala de aula realiza jogos, explica as regras de diferentes jogos e também mostra a teoria, passando na lousa questões sobre o corpo, jogos, alimentação, entre outros. No pátio também realiza jogos em que pode utilizar mais o corpo, como “história da serpente”, passa a bola, “*stop*”, o gato e o rato, entre outros. E na quadra foca na parte dos esportes em si, tanto os mais conhecidos como futebol, basquete vôlei, handebol como os que não fazem muito parte de nossa cultura como *baseball*, por exemplo.

Além dessas, o professor mencionado anteriormente realiza atividades sensoriais de um modo geral. Realizou jogo em que simulou situações em que um aluno ficava vendado e precisava do auxílio dos colegas para se deslocar pelo

²⁶ CENFORPE: Centro de Formação dos Profissionais de Educação. Espaço destinado à formação dos profissionais de educação do município de São Bernardo do Campo.

espaço, além dessa realiza também jogos de mímica em sala de aula. Afirmou que através dessas atividades, é uma maneira de conscientizar as crianças sobre as dificuldades que outras pessoas possam ter, mostrando que devem respeitá-las.

O outro professor realiza atividades parecidas nos espaços, trabalha também no pátio e em sala de aula com jogos de tabuleiro, como dama, xadrez e trilha, por exemplo.

Uma atividade que afirmou ter feito foi o vôlei sentado em que as crianças precisavam realizar o jogo sentado no chão, sem poder levantar, fazendo os movimentos e seguindo as regras do jogo. Disse ainda que para as crianças mais ativas foi uma atividade mais complicada e difícil de seguir as regras por conta da sua animação para realizar o jogo.

Nas aulas que acompanhei, pude perceber que as crianças com deficiência têm grande interesse em participar das atividades com as demais, pedindo ajuda quando necessário para seus colegas. Mas outras acabavam se excluindo de alguns momentos, realizando atividades mais sozinhas mesmo quando o professor chamava a criança para tentar interagir.

Ao entrevistar as professoras polivalentes e pelo fato de ter acompanhado²⁷ algumas aulas de Educação Física antes do retorno do especialista, as atividades eram mais diferenciadas em relação as de hoje.

Os professores faziam jogos de diferentes tipos, como elefantinho colorido, jogos de roda, jogos cooperativos, como o de dar as mãos e tirar o nó até formar uma roda, brincadeiras em que pudessem aproveitar o máximo possível o espaço da quadra, propondo diferentes jogos. Realizavam um futebol de vassoura, circuitos com diferentes materiais, dividindo a turma em dois grupos e pedindo para que todos participassem.

Outras atividades que os professores polivalentes afirmaram realizar foram atividades de alongamento, jogos com bola, que pudesse trabalhar a lateralidade e coordenação motora global, passar sob a cadeira banco, com pernas abertas na lateral ou deitados fazendo movimentos de rastejar. O professor afirmou que tentava focar em jogos, atividades e exercícios que pudessem envolver e agradar a todos, possibilitando momento de interação e relaxamento.

²⁷ Acompanhamento realizado durante a pesquisa “Educação Especial na Educação Inclusiva: socialização das crianças com deficiência intelectual” realizada em 2013.

Hoje, como os professores polivalentes não são mais responsáveis pelas aulas de Educação Física, questionei se ainda realizam atividades com o corpo com o grupo, uma delas afirmou que trabalha a questão da respiração para aclamar os estresses de alguns, visto que a turma é extremamente agitada, além de uma vez ou outra fazer movimento diferentes de alongamento para relaxarem e retomar sua atenção.

A outra professora disse que como é tudo muito corrido e existe um conteúdo enorme para ser passado, a cobrança fica focada no pedagógico e na avaliação que as crianças devem realizar, até por conta de provas federais de avaliação e outras exigências da prefeitura e Secretaria de Educação, não tendo tempo de realizar atividades voltadas para o corpo, deixando a cargo e responsabilidade do professor de Educação Física.

Considerações finais

É importante sabermos que, apesar da necessidade de um tempo maior para o aprendizado acontecer, as crianças com deficiência intelectual, de acordo com Mendonça e Flaitt (2013), “são capazes de desenvolver os conteúdos propostos” (p.25). É preciso, assim,

(...) focar a atenção dando prioridade aos objetivos que queremos alcançar a partir de contextos reais; criar momentos de aprendizagem positivos e significativos; usar situações e formas mais concretas possíveis, dividir as tarefas em partes, elevando aos poucos o nível de dificuldade, respeitando o ritmo do aluno; experimentar situações do cotidiano, auxiliando-o em sua autonomia nas atividades diárias; trabalhar com música e expressão corporal; entre outras. (MENDONÇA, D. e FLAITT, P.M.S., 2013, p. 25)

Para ocorrer uma mudança efetiva na educação e o entendimento da importância do trabalho corporal com as crianças com deficiência intelectual, é preciso “(...) desestabilizar, refletir e promover mudanças de atitude que sejam fruto de incorporação de ideias e ideais.” (GAIO, R. e BASTOS, L de S. C., 2010, p. 313). E que toda mudança demora certo tempo para acontecer e, como consequência, demorará mais para ser incorporada como uma nova maneira de pensar, agir, entender e de viver a vida.

A monografia, possibilitou o contato direto em algumas situações do dia-a-dia relacionadas ao trabalho corporal durante as aulas de Educação Física, bem como o contato com os professores especialistas e os polivalentes. Dessa forma, a análise realizada, demonstrou que ainda falta muito para a Educação Inclusiva acontecer efetivamente, pois diversas vezes, tanto a escola quanto os professores revelaram que não sabem o que fazer ou como desenvolver um trabalho com as crianças com deficiência de uma maneira que as ajude no desenvolvimento global e também no afetivo-social, como mostram Honora e Frizando (s/d):

Não existem ‘receitas’ prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um, e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (p. 82).

Mas o trabalho corporal com as crianças com deficiência intelectual sugere um bom desenvolvimento e uma maior socialização entre essas e os demais colegas da turma.

Esse é um ponto importante para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças de um modo geral, tanto as com deficiência quanto as sem deficiência, afinal, sabe-se que a aprendizagem ocorre, ou ao menos deveria, primeiramente

através do corpo, da experiência corporal, ou seja, pela psicomotricidade. E as crianças com deficiência precisam ainda mais desse trabalho corporal, pois a aprendizagem “passa pelo corpo” (FERNANDÉZ, 1991, p.59). Como mostra Fernandéz (1991, p.57), “(...) o organismo transversalizado pelo desejo e pela inteligência, conforma uma corporeidade, um corpo que aprende, goza, pensa, sofre ou age”.

Ainda de acordo com a mesma autora (p.63), “O corpo também é importante quanto à transmissão dos ensinamentos²⁸. Em geral, a escola apela somente ao cérebro, crianças com os braços cruzados, atados a si mesmos”. Dessa forma, é importante que os professores, independente da área que atuem, sendo esses especialistas ou não, explorem o corpo, suas possibilidades e limites, que tentem o máximo possível passar por esse antes de chegar e permanecer somente no cérebro, ou seja, no intelectual.

Com base nestes pontos levantados, podemos pensar na prática e no que foi observado em relação aos professores e a Educação Inclusiva na Educação Física. Tanto professores especialistas, quanto os polivalentes que antes realizavam a prática corporal com as crianças, pudemos perceber que, os que retornaram ao ensino, possuem uma prática, uma didática voltada mais aos esportes e jogos, enquanto os polivalentes, quando precisavam lecionar tal disciplina ficavam mais voltados ao trabalho psicomotor e atividades de circuito. O que podemos, então, concluir em relação às crianças com deficiência durante essas aulas?

Mesmo os profissionais polivalentes afirmarem que estavam preparados para trabalhar com essas crianças em diferentes situações e propostas, mostraram que em alguns momentos deixaram de ministrar a aula de Educação Física, com a justificativa de que precisavam finalizar um conteúdo de alguma disciplina, ou simplesmente porque não queriam agitar as crianças. Dessa forma, ficou claro que, o aprimoramento do conhecimento tinha mais relevância do que o desenvolvimento corporal tanto para as crianças com deficiência, quanto para as sem deficiência.

Já com o retorno dos especialistas, e esse é um ponto muito positivo, as crianças participam “obrigatoriamente” de três aulas durante a semana em que

²⁸ Tradução livre. A autora utiliza no texto o termo “*enseñas*”, de acordo com o dicionário Houaiss, este termo é o verbo “ensinar”, sendo adaptado por mim, como ensinamentos para dar mais sentido ao texto.

podem mexer o corpo, aprender de uma maneira diferente, mesmo quando essas aulas são ministradas em sala de aula, por exemplo.

Outro ponto a ser levantado, é em relação a Educação Inclusiva e sua importância. Os professores, de uma forma geral, divergem em relação às opiniões sobre a mesma, alguns mostram ser a favor, mesmo quando não sabem ao certo como trabalhar com esse público e outros são contra pois as crianças acabam atrapalhando o andamento da aula ou até mesmo por conta do próprio preconceito e falta de informação dos professores.

Em relação à formação de professores, percebe-se que a formação inicial pouco auxilia na prática da Educação Inclusiva, quando trata-se de especialistas essa questão é ainda pior.

Para a formação continuada desses profissionais, que hoje trabalham com o corpo, quase não há um suporte da prefeitura nas formações sobre Educação Inclusiva, as que aconteceram foram vagas e não auxiliou na prática. Para os professores, a troca com outros profissionais nesses encontros dá um suporte e ideias melhores do que as formações realizadas pela prefeitura. Em três anos que já retornaram para as escolas, tiveram somente cinco encontros, e estes eram somente de algumas horas, em formas de palestra e simpósios, não havia a parte prática, o que para o profissional da Educação Física é realmente válido.

O que podemos concluir é que falta formação para o profissional da Educação Física, principalmente, quando se trata de crianças com deficiência e da Educação Inclusiva, de uma forma que, possibilite um maior entendimento e compreensão sobre essa vertente da educação, preparando melhor esse profissional. Para assim, garantir os direitos dessas crianças e proporcionar momentos em que aprendam, se desenvolvam e socializem com as demais.

A formação continuada dos especialistas deve ser parte complementar de uma política de formação docente, que realmente garanta uma qualificação cada vez melhor desses profissionais e que se baseie em um fundamento maior, o da educação para todos, o da Educação Inclusiva.

Para finalizar, faz-se necessário responder a pergunta colocada no início da monografia, professores polivalentes ou professores especialistas?

Essa não é uma questão simples de se responder, o professor especialista tem seu papel importante na educação, principalmente ao garantir o direito à Educação Física.

Com base em Bueno (1999), se os professores polivalentes precisam de uma formação mais específica para atender a qualquer tipo de necessidade encontrada em sala, o mesmo deve ser feito em relação aos professores especialistas, para que ambos ampliem sua visão, sua prática e suas perspectivas, garantindo os direitos de todas as crianças, independentes de suas características.

Se garantirmos uma formação mais específica, voltada para a Educação Inclusiva, para os professores especialistas, estaremos garantindo uma prática mais efetiva do trabalho corporal para as crianças com deficiência, ampliando suas oportunidades educacionais.

Dessa forma, não há uma resposta correta diferenciando professores polivalentes e especialistas, pois suas formações são diferentes, mas podemos criar oportunidades para que possam se formar e informar em relação as especificidades das crianças e suas possibilidades de aprendizagem.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, v.7, 1997.

BRASIL/MEC/SEEP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão**. 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> > Acesso em: 2015.

BUENO, José Geraldo da. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: UNIMEP, 3(5): 7-25, set. 1999.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. e DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**: 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação continuada de professores de Educação Física em ambiente escolar inclusivo**. Londrina: Eduel, 2008.

FERNANDÉZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto alegre: Artmed, 1991.

GAIO, Roberta e DIAS, Tércia. Educação Física e a busca da inclusão. In: **Educação Física, Esporte, Saúde e Educação**. Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010.

GAIO, Roberta e BASTOS, Luciana de Souza Cione. Ginástica especial para os diferentes: Reconhecendo limites e descobrindo possibilidades. In: **A ginástica em questão**: Corpo e Movimento. São Paulo: Phorte Editora, 2010.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva**: O que o professor tem a ver com isso? Rede SACI. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

HONORA, Márcia e FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Ciranda da Inclusão**: Esclarecendo as deficiências. São Paulo: Ciranda Cultural, s/d.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, nº.33, set / dez.2006.

MENDONÇA, Débora de e FLAITT, Patrícia Maura da Silva. **Educação Física Adaptada**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2013.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física na Educação Infantil: algumas considerações para a elaboração de um currículo coerente com a escola.** In: Educação Física para Educação Infantil: conhecimento e especificidade. Aracaju: Editora UFS, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia e NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Pedagogia da Cultura Corporal: crítica e alternativas.** São Paulo: Phorte Editora, 2006.

NEIRA, Marcos Garcia. Pedagogia da Cultura Corporal: motricidade, cultura e linguagem. In: **Ensino da Educação Física.** São Paulo: Thompson Learning, 2007.

OLIVEIRA, Luiza de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

PACHECO, Jose. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEDRINELLI, V.J.; VERENGUER, R.C.G. **Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades.** In: GORGATTI, M.G.; COSTA, R.F. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2005, p. 1-27

PEREZ, Beatriz Brunaldi. A Educação Especial na Cultura Corporal: socialização das crianças com deficiência intelectual. In: Revista Eletrônica: **Série Iniciação Científica FEUSP** – 2013.

SANTOS, Sergio Oliveira dos. **Educação Física: Diversidade da cultura corporal.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2002

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. In: **Educação e Pesquisa.** São Paulo: Editora USP, v. 38, n.04, p. 935-948, out./dez. 2012.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física /** coletivo de autores. São Paulo: Cortez, 1992.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Percurso formativo

- a) Formação Acadêmica
- b) Outros cursos (incluindo cursos relacionados à Cultura Corporal/ Psicomotricidade e Educação Inclusiva).
- c) A Prefeitura oferece ou já ofereceu formação continuada para o aprimoramento da prática com os alunos com deficiência? Se sim, como foi o curso e esse ajudou/ modificou a sua prática?

2. A Educação Física

- a) Quais os objetivos das aulas de Educação Física? E para as crianças com deficiência, os objetivos são os mesmos?
- b) Quais são as atividades propostas da Educação Física para as crianças?
- c) É possível avaliar os objetivos das aulas de Educação Física em relação à criança com deficiência?

3. A Socialização das crianças

- a) Qual a relação da criança com deficiência e as demais durante as aulas?
- b) As atividades propostas nas aulas de Educação Física são pensadas para o favorecimento da socialização entre eles?
- c) Essas aulas de Educação Física facilitam mais o relacionamento e a socialização entre a criança com deficiência e as demais. Ou em outro espaço, como na sala de aula e no pátio, esse processo é mais efetivo?
- d) Observa reflexos desse processo de socialização em outros espaços escolares?
- e) As crianças conseguem socializar-se com a criança com deficiência ou é necessário o olhar e a presença de um adulto para que isso aconteça?

4. Desafios encontrados

- a) Quais são os espaços utilizados nas aulas de Educação Física?
- b) A quantidade de alunos influencia no desenvolvimento e na socialização das crianças? E no andamento da aula?
- c) O que falta ainda para que realmente aconteça a inclusão desses alunos em atividades que envolvem o trabalho corporal?

ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

1. Percurso formativo

- a) Formação Acadêmica
- b) Outros cursos (incluindo cursos relacionados à Cultura Corporal/ Psicomotricidade e Educação Inclusiva).

2. A Educação Física

- a) Antes do retorno do especialista em Educação Física, o professor polivalente era responsável por ministrar as aulas. Pensando nas crianças com deficiência e nessas aulas, você pôde observar diferença em relação à prática com o retorno dos mesmos? Quais?
- b) Quais eram as atividades propostas nas aulas de Educação Física para as crianças? E para as crianças com deficiência, as atividades eram as mesmas? Aplicava-se a questão da Educação Inclusiva?
- c) Quais eram os objetivos das aulas de Educação Física? E para as crianças com deficiência, os objetivos eram os mesmos?

3. A Socialização das crianças

- a) Qual a relação da criança com deficiência e as demais durante as aulas?
- b) Você realiza algum tipo de trabalho corporal com as crianças? Quais? Essas atividades propostas são pensadas para o favorecimento da socialização entre as crianças com e sem deficiência? E no seu desenvolvimento?
- c) As crianças conseguem socializar-se com a criança com deficiência ou é necessário o olhar e a presença de um adulto para que isso aconteça?

4. Desafios Encontrados

O que falta ainda para que realmente aconteça a inclusão dos alunos com deficiência em atividades que envolvem o trabalho corporal?